

ACORDO INTERNO DE TRABALHO

Conquista da APROPUC: Professores da PUC-SP têm novo texto aprovado

A APROPUC deverá assinar, nos próximos dias, um novo texto de Acordo Interno de Trabalho, com validade até 30/04/2026. A Fundasp desistiu da supressão de diversas cláusulas do texto, tal qual havia proposto em reuniões anteriores, deixando a redação semelhante àquela que vigorou até o mês de junho/2025. Ainda assim, alguns ganhos foram incorporados ao novo texto: o auxílio funeral teve um ganho superior ao índice de 9% praticado em outras cláusulas econômicas, passando para R\$ 8.000,00; o estacionamento para os professores passa a ter uma tolerância de 30

minutos para horas adicionais em todos os turnos e toda a diretoria executiva da APROPUC terá mantido o direito a estabilidade durante o mandato (veja relação ao final desta matéria).

A assinatura do texto com a redação aprovada pelas duas partes preserva as conquistas dos docentes da PUC-SP, assim como a Convenção Coletiva do Sinpro-SP que, após sofrer várias ameaças foi renovada integralmente, fruto de uma mobilização intensa dos docentes do Estado de São Paulo, que decretaram greve, cuja deflagração foi suspensa em função da aceitação da proposta das mantenedoras.

Funcionários realizam assembleia à espera de definição da FUNDASP

Diferentemente dos professores a minuta de Acordo Interno dos funcionários ainda não tem solução sobre a supressão de cláusulas proposta pela Fundasp, sob a alegação que tais reivindicações já estavam contempladas na Convenção Coletiva de Trabalho.

A exemplo dos professores, os funcionários rejeitaram tais cortes, além de encaminharem outras reivindicações da categoria.

A última minuta apresentada registrou alguns avanços como o reajuste do auxílio-funeral que, assim como para os docentes, passou para R\$ 8.000,00, um valor maior do que os 9% praticados em outros itens. O acompanhamento familiar em caso de doença passa a ter uma análise mais ampla para contemplar casos antes não atendidos, por não constar elencado como doença grave, desde que devidamente apresentada documentação médica que justifique a solicitação e permita a análise de alternativas que viabilizem o acompanhamento.

No entanto, diante da possibilidade da assinatura do acordo entre a APROPUC e a Mantenedora sem as supressões propostas pela Diretoria Executiva da FUNDASP, abria-se também para os funcionários a mesma possibilidade. Desta forma os funcionários votaram a aprovação condicionada a 4 reivindicações:

- ✓ Ajustar o nome correto da AFAPUC, de acordo com sua razão social devidamente registrada nos órgãos competentes, no caput do Acordo;
- ✓ Volta das cláusulas suprimidas na versão anterior;

✓ Manutenção da idade de 49 anos na cláusula que garante ao funcionário, no caso de rescisão contratual, um acréscimo de 15 dias ao aviso prévio. A proposta da FUNDASP era a de avançar para 50 anos.

✓ Viabilização da formação de uma Comissão Paritária para discussão e implantação do banco de horas.

Caso as reivindicações sejam atendidas a diretoria da AFAPUC assinará o Acordo. Em caso contrário, nova assembleia será convocada.

Os funcionários foram informados sobre os problemas com a qualidade da alimentação no Restaurante Universitário que, segundo o diretor-executivo da Fundasp, Padre Rodolpho Perazzolo, deverá ter, a partir de agora, a supervisão de uma nutricionista da empresa responsável, a Sodexo. A AFAPUC também solicitou providências à Fundasp para a viabilização de um refeitório exclusivo para funcionários no campus Monte Alegre e de um restaurante no campus Ipiranga.

Foram relatadas graves ocorrências no tocante ao Convênio Médico da PUC-SP, principalmente quanto ao atendimento e cobranças indevidas que acarretam inclusive demandas judiciais.

A AFAPUC tomou conhecimento que a terceirizada Impacto não estava fornecendo uniformes adequados para o trabalho cotidiano e levou o assunto à ciência da FUNDASP. Segundo informações recentes, nesta semana começaram a ser disponibilizados novos uniformes, mas de qualidade abaixo do necessário para suportar as baixas temperaturas registradas na capital.

Veja as alterações do novo texto de Acordo Interno

- ✓ Adiantamento Salarial passa de R\$ 3.504,35 para R\$ 3.819,74;
- ✓ Auxílio Escola passa de XR\$ 1.040,00 para R\$ 1.133,60;
- ✓ Auxílio Funeral passa de R\$ 6.540,00 para R\$ 8.000,00;
- ✓ Estacionamento da PUC-SP: Tolerância de 30 minutos nos períodos de 04, 06, 09 horas;
- ✓ Estabilidade: Mantida para toda diretoria executiva, Presidente, Vice-Presidente, Primeiro e Segundo Tesoureiros, Primeiro e Segundo Secretários.

Questão LGBTQIAPN+ é tema de debate na PUCSP

Na quinta-feira, 12 de junho, no auditório 100-A, aconteceu a atividade “Questão LGBTQIAPN+ - A luta pela diversidade sexual e de gênero diante do estado capitalista” organizada pelo NEPEDH (Núcleo de Estudos e Pesquisa em Ética e Direitos Humanos), coordenado pela Profa. Maria Lúcia Silva Barroco, e pelo NEAM (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Aprofundamento Marxista), coordenado pela Profa. Beatriz Abramides.

Durante o período da tarde, foi debatido o tema “A questão LGBTQIAPN+ e a produção do conhecimento”, por meio da apresentação de quatro pesquisas desenvolvidas na pós-graduação em Serviço Social da PUC-SP. As pesquisas foram: A população LGBTQIAPN+ e a política de assistência social, proteção ou

desproteção, de autoria de Mariko Hanashiro; Os processos de constituição da memória coletiva da população transexual de autoria de Otto Stenke; A trajetória de vida das lésbicas idosas, de autoria de Cristiane Shoihi Sato; Uma investigação sobre adolescentes transexuais e suas mães no Brasil, de autoria de Thiago Aranha.

As pesquisas, em sua maioria, partiram da escuta e da análise das vivências da população LGBTQIAPN+ em nível nacional, com gerações e contextos diversos. Os recortes evidenciam um país plural, onde existe uma luta por reconhecimento, direitos e acolhimento. Os estudos abordaram temas como políticas públicas e a política de assistência social, e questionam se o Estado realmente enxerga essas populações em suas especificidades, de



Na foto acima, Mariko Hanashiro, Profa. Maria Lucia Barroco e Otto Stenke; abaixo a professora Bia Abramides e Virgínia Guitzel

modo eficaz. As apresentações reforçam a necessidade de um compromisso efetivo do poder público em construir um país em que todas as identidades sejam reconhecidas com políticas que garantam sua inclusão e proteção. Na mesa seguinte, mediada pela Prof. Beatriz Abramides, tivemos a presença de Virgínia Guitzel que debateu o tema “Existências

e Reexistências LGBTQIAPN+ na Luta Contra as Opressões e Explorações”.

Virgínia Guitzeze mostrou o roubo do tempo disponível das pessoas, proporcionado pelo sistema que acarreta a impossibilidade de explorar sua sexualidade. As apresentações estão disponíveis na página da DTI Ao Vivo no YouTube.

Livro analisa violências históricas contra os povos originários

O Programa Pindorama realizou na segunda-feira, 16/06, o lançamento do livro *Terra de Sangue, Sangue na Terra: o Rastro do Colono-Capitalismo em Pindorama*, de autoria de Givanildo M.da Silva.

O livro se configura como um potente manifesto que denuncia as violências históricas contra os povos originários de Pindorama (Brasil), revelando as estratégias de silenciamento impostas pelo Estado, mas

também celebrando cinco séculos de resistência.

Givanildo M.da Silva, conhecido como Giva, é educador, escritor, membro da Aliança Multiétnica de Indígenas do Contexto Urbano da Paraíba e articulador do I Encontro de Indígenas do Contexto Urbano do Nordeste. Organizou as obras *Desmilitarização da Polícia e da Política: uma resposta que virá das ruas e Quebrando as Grades: Liberdade Incondicional*.

Sua obra tem se revelado como um grito contra o apagamento e a imposição que o colono-capitalismo inflige aos povos indígenas, assim como as diversas violências ocorridas ao longo de mais de cinco séculos de invasão e vale a pena ser conhecida, lida, debatida e divulgada. O evento acontece às 18h30 de segunda-feira, 16/06, no auditório 333, do prédio novo do campus Monte Alegre.



PUCviva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP

Edição: Valdir Mengardo

Reportagem e Fotos: Sthefane Mattos

Revisão: Marina D'Aquino

Arte /Editoração : Valdir Mengardo e Ana Lucia Guimarães

Conselho Editorial: João Batista Teixeira da Silva, Elaine Alves Trindade, Victoria C. Weischtordt, Regina Gadelha, Sandra Costa e Rodrigo Mariano Costa

APROPUC: Rua Bartira, 407 - Cep 05009-000 - Fone 3872-2685

AFAPUC: Rua Ministro Godoy, 1055 - Fone 3670-8208

PUCviva: Fone/WhatsApp: 3872-2685

Correio Eletrônico: pucviva.jornal@uol.com.br

Pucviva na internet: www.apropucsp.org.br

FALA COMUNIDADE

A respeito da infeliz declaração do diretor da Fundasp

José Geraldo Silveira Bueno

Na Assembleia dos 3 Setores, realizada no dia 29/05/2025, mais de um estudante declarou que, frente a proposta de congelamento das anuidades, a resposta do Pe. José Rodolpho Perazzolo foi a de que essa medida só teria condições de aprovação, se houvesse o congelamento do salário dos professores.

Aí não deu pra aguentar, diante de resposta, para não ser mal-educado, falaciosa...

Desde que a Cúria interveio na PUC-SP, em 2005, em razão da crise financeira e incluiu a excrecência do CONSAD no campo acadêmico, na medida em que foi inserido nos Estatutos da nossa Universidade, como órgão decisório acima do CONSUN, a Fundação vem produzindo o congelamento de salários, por meio de estratégias que procuram não revelar a trajetória de equilíbrio das contas

pela redução da folha de pagamento.

Vamos lá!!!

A redução do cálculo dos salários de 5 para 4 ½ semanas só não vingou, para os professores em exercício, porque a Justiça do Trabalho negou: se o TJT negou, ela foi considerada **ilegal**. Mas para os contratados após essa decisão, passou a valer as 4 ½ semanas. Isso é ou não congelamento de salários? Os professores mais antigos têm incorporados adicionais por tempo de serviço (5% a cada 5 anos), sem limite do número de adicionais, que foram reduzidos para o máximo de 3 (três). Isso é ou não congelamento de salários?

Hoje convivemos com quatro documentos normativos da carreira docente, o último criando o tal de FTD, que é um eufemismo para o sistema de h/a, com salários indignos para remuneração de um professor do ensino superior, em uma universidade que se pretende

de excelência. Isso é ou não congelamento de salários?

A FUNDASP tem represado, desde a intervenção, o ingresso e a progressão na carreira docente, pautada no argumento de que as categorias de Titular, Associado e Assistente-Doutor estão acima do percentual definido. Definido por quem? Pela FUNDASP! Com base em quais critérios? Já que estamos numa instituição católica, certamente “Só Deus sabe”... Isso é ou não congelamento de salários?

Mas o mais grave ainda, consta que mais de uma centena de professores (cuja maioria ocupa as tais categorias superiores) estão esperando algum acordo com a FUNDASP para serem demitidos e ela se recusa, ou tem feito alguns acordos pingados? Quais os critérios? Só Deus sabe...

A FUNDAÇÃO não estabeleceu uma política progressiva de acordos para essas aposentadorias: por exemplo, se nos

últimos 10 anos, ela fizesse 30 acordos por ano, teríamos hoje vagas para 300 novos professores, não para ganhar a miséria criada na última versão de cargos e salários, mas, pelo menos, iniciando sua carreira como Professores Assistentes-Doutores, com cálculo de 4 ½ semanas de aula, mesmo assim, muito inferiores aos antigos quadros cujos salários correspondiam a 5 semanas de aula, com adicionais por tempo de serviço.

A pós-graduação stricto-sensu da PUC-SP teve cerca de 30% de suas bolsas de mestrado e doutorado cortadas pelo des-governo Bolsonaro, e a FUNDAÇÃO deve estar muito contente, pois como o valor pago pelas agências é muito inferior às anuidades, ela economiza com a redução desses alunos. Para ela, pouco importa que a quantidade de bolsas governamentais conseguidas pelas IES

Continua na página seguinte

APROPUC encaminha pesquisa aos professores sobre Contratos de Trabalho

Conforme decisão de assembleia dos professores, a APROPUC está conduzindo uma pesquisa para obter um panorama detalhado sobre a realidade dos contratos docentes na PUC-SP. Para isso, foi elaborado um formulário que permitirá coletar dados essenciais para uma análise criteriosa da situação dos professores

da universidade.

O formulário é inteiramente anônimo e tem como objetivo a identificação de padrões e discrepâncias nas condições de trabalho docente. O interesse da associação não recai sobre dados individuais, mas sim sobre o conjunto de informações que possibilitem uma avaliação am-

pla e precisa.

Para garantir a maior representatividade possível, a APROPUC solicita a participação de todos os professores. A direção da APROPUC solicita ainda, que os docentes compartilhem este comunicado com seus colegas, independentemente de serem ou não associados à APROPUC.

Os formulários devem ser preenchidos o mais rápido possível. As negociações do novo Acordo Interno ainda não foram concluídas. Quem não recebeu pode entrar em contato com a APROPUC pelo telefone **3872-2685** e solicitar o link. Sua colaboração é fundamental, contamos com sua participação.

Continuação da página anterior

evidencie o reconhecimento de sua qualidade acadêmica.

Essa redução dos gastos com a perda de bolsas, não pode ser coberta com as bolsas filantrópicas da FUNDASP, dado o valor irrisório de renda familiar por ela exigido: atualmente, um professor da rede municipal de São Paulo, casado com dois filhos, com bons anos na carreira, que tenha uma renda familiar mensal de R\$ 10.000,00, não tem a mínima condição de pagar uma mensalidade de R\$ 4.573,00 (ou seja, praticamente 50% de sua renda,) para ingres-

sar em um dos três mestrados acadêmicos de educação, que são referências de qualidade reconhecida por nossos pares.

Se a FUNDASP conseguiu equilibrar as contas e hoje tem um orçamento superavitário, qual foi a mágica, se ela não congelou o salário dos professores que correspondem a 75% dos gastos totais da Universidade? Ela implementou um programa de aumento da receita? Não! Ela conseguiu financiamentos alternativos para cobrir o déficit? Quais??? Novamente, se não foi assim, deve ter sido milagre de Deus...

Esse argumento falacioso, na verdade, procura esconder a verdadeira causa da PUC-SP ter diminuído continuamente o número de ingressantes: o escorchantes aumento das anuidades, que não corresponde à economia por ela efetuada com o congelamento salarial camuflado pelas medidas acima.

Por tudo isso, considero que o caminho mais seguro, para fazer frente aos desmandos dos responsáveis pela fundação, é a mobilização dos professores por meio da APROPUC, a nossa legítima e absolutamente necessária entidade sindical,

independentemente se votamos ou não na atual diretoria, para exercermos pressão contra uma política financeira que, além de se calcar na ampliação da exploração da força de trabalho docente, estar levando a PUC-SP à bancarrota.

José Geraldo Silveira Bueno é professor da Faculdade de Educação PPG em Educação: História, Política, Sociedade, ingresso na PUC-SP: 12/06/1969, Chapa n. 000248. Professor Titular, com muito orgulho

Polícia confunde e ameaça o professor e jornalista Leonardo Sakamoto

No sábado, 07/06, o professor de Jornalismo da PUC-SP, Leonardo Sakamoto, por duas vezes foi abordado pela Polícia Militar de São Paulo, que apontaram fuzis na direção do jornalista.

A confusão foi estabelecida

por conta de um mandado de segurança, emitido contra uma mulher de 27 anos, procurada por homicídio no Paraná, mas cujo CPF foi trocado pelo documento de Leonardo.

Sakamoto tem se notabilizado em sua atividade jor-

nalística pela defesa dos direitos humanos e críticas à extrema direita.

Curiosamente, o jornalista, na semana passada, criticava a postura da Operação Lava Jato, do Paraná, quando a Justiça daquele estado iniciou a “confusão”.

Por outro lado, o episódio, mais uma vez, reflete a truculência da Polícia Militar-paulista, sob o comando do bolsonarista Capitão Guilherme Derrite, que tem se notabilizado pela violência contra a população do Estado.

Doe livros para a biblioteca dos moradores em situação de rua!

Padre Julio Lancellotti, coordenador da Pastoral do Povo de Rua de São Paulo, está organizando uma biblioteca para os moradores em situação de rua de São Paulo. Para isso Pe. Julio solicita doação de livros que podem abarcar as mais diferentes áreas do conhecimento, como Filosofia, História, Geografia etc, priorizando acervos de Literatura em geral, documentais e biografias, bem como infanto-juvenis, excluindo-se livros didáticos.

A APROPUC RECEBERÁ DOAÇÕES EM SUA SEDE
RUA BARTIRA, 407, DAS 9H E 12H E DAS 14H ÀS 17H. POSTERIORMENTE
AS DOAÇÕES SERÃO ENCAMINHADAS À PASTORAL DO POVO DE RUA.



Prezado colega Professor(a)

Renove a sua adesão ao quadro Associativo da APROPUC!

Ainda não é associado? Associe-se já!

A Fundasp, a partir do Acordo Interno de Trabalho 2023/24 celebrado com a APROPUC/SINPRO, exigiu que o desconto associativo do professor em folha só será efetuado quando o docente manifestar sua concordância anualmente.

No atual Acordo Interno, a APROPUC negociou que a manifestação de concordância poderá ser feita com assinatura digital simples, sem a necessidade de reconhecimento de firma. Para isso, acesse e baixe o formulário em www.apropucsp.org.br/ficha-de-associacao e en-

vie para apropuc@uol.com.br. Professores que ainda não são associados, poderão preencher o mesmo formulário para efetuar a sua adesão ao quadro associativo da APROPUC.

Nos últimos anos, os professores obtiveram ganhos significativos devido à luta da APROPUC contra as investidas da Fundasp para anular os direitos adquiridos dos professores.

A diretoria da APROPUC, em constante vigilância e luta, juntamente com os professores reunidos em inúmeras assembleias e com apoio dos funcionários e

estudantes, reverteu a tentativa, por parte da Fundasp, de reduzir o cálculo salarial das atuais 5 semanas para 4,5 semanas.

No final do primeiro semestre de 2023, a alteração contratual proposta pela Deliberação do CONSAD 1/2023 que provocaria perdas substanciais ao conjunto dos professores, podendo gerar demissões, foi revertida a partir de pronta ação da APROPUC em conjunto com o SINPRO.

Esses ganhos para os atuais professores demandaram altos custos jurídicos e investimen-

tos em comunicação. A sobrevivência financeira da APROPUC está em jogo. Por isso, é fundamental que os docentes se manifestem e se associem. A luta continua em muitas outras frentes: inserção na carreira, professores demitidos no “limbo”, etarismo e outras.

PROFESSORA/PROFESSOR: RENOVE SUA ADESÃO À APROPUC! ASSOCIE-SE JÁ!

Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone/WhatsApp: 11-3872-2685.

Reitoria suspende por 30 dias alunos que praticaram atos racistas

A Reitoria da PUC-SP, com base no relatório produzido pelo Núcleo de Mediação e Justiça Restaurativa, após processo investigativo, puniu com um mês de suspensão os alunos da Faculdade de Direito que foram acusados de praticar manifestações potencialmente discriminatórias, durante os Jogos Jurídicos Estaduais de 2024.

A punição, que se apoiou no texto do Regimento Interno da PUC-SP, considera que “a Universidade é, por essência, um espaço de formação cidadã, ética e integral, no qual não apenas se transmitem conhecimentos, mas se formam consciências, sendo papel da universidade adotar medidas que responsabilizem, eduquem e desenvolvam socialmente, promovendo a reflexão crítica e a mudança de condutas, principalmente entre os estudantes”.

Reação do movimento estudantil

O Comitê Estadual de Mobilização da PUC-SP não concordou com a punição estabelecida pela

Reitoria e, em nota nas redes sociais declararam que: “A sanção infima de 30 dias de suspensão, cuja aplicação está prevista para começar em 01 de agosto, logo após o recesso acadêmico, não apenas uma inadmissível leniência diante de manifestações abertamente discriminatórias, como também um vergonhoso sinal de convivência da Reitoria com práticas racistas.

A resposta institucional é escandalosamente desproporcional à gravidade das ofensas cometidas.

A penalidade imposta não representa sequer uma fração da dor do constrangimento e da violência tanto simbólica quanto real vivida pelos(as) estudantes atingidos(as) nem da ferida aberta na memória coletiva da população negra e cotista da PUC SP trata-se de uma punição meramente simbólica quase imperceptível na rotina dos agressores, mas profundamente ofensiva para aqueles que enfrentam cotidianamente as marcas do racismo estrutural”.

Combate ao assédio moral e sexual

O Sinpro-SP acaba de lançar uma cartilha denunciando o assédio moral e sexual no ambiente acadêmico e as formas de denúncia e combate dessas práticas.

Nessa obra o Sinpro-SP esclarece conceitos, orientações e procedimentos na prevenção, conscientização e enfrentamento do assédio moral e sexual no trabalho. A cartilha pode ser encontrada no link

https://www.sinprosp.org.br/upl/arq/MOBILE_cartilha-assedio-trabalho.pdf

